

OPERAÇÃO TRINTA HORAS: AMEAÇA DE INTERVENÇÃO BRASILEIRA NO URUGUAI

KANAAN, G. L.¹

¹ Faculdade de Desenvolvimento Educacional do Alto Uruguai (IDEAU) – gabrielkanaan.ri@gmail.com

RESUMO

Este trabalho busca apresentar e contextualizar a Operação Trinta Horas, ação planejada pelo Brasil no contexto das ditaduras de Segurança Nacional. O assunto, envolto em mistério, ainda é pouco abordado e permanece como uma das terríveis facetas assumida pela conexão repressiva entre ditaduras no Cone Sul latino-americano.

Palavras-chave: Operação Trinta Horas; Ditadura Civil-Militar; Conexão Repressiva.

1 INTRODUÇÃO

A ditadura civil-militar brasileira foi um regime baseado na chamada Doutrina de Segurança Nacional (DSN). Esta doutrina entendia o mundo como sendo dividido em dois polos – capitalista e comunista, fato compreensível devido ao contexto da Guerra Fria – onde preponderava a noção de inimigo interno (Arns, 1985). O inimigo interno seria responsável por atos de insubordinação e contestação ao regime dentro das fronteiras de um Estado, buscando subverter a lógica ditatorial vigente. Em razão disso, a atividade dos inimigos internos dos regimes deveria ser combatida.

Esta era a função da DSN. Arns (1985) aponta que o entendimento dos militares brasileiros era de que era necessário sacrificar um pouco o bem-estar da população para garantir a Segurança Nacional. Ou seja, para preservar a integridade do país como uma liderança regional mantenedora da ordem capitalista e firme combatente dos perigos “vermelhos”, a ditadura civil-militar brasileira exercia formas diversas de repressão aos seus cidadãos e suspensão de direitos e garantias constitucionais.

É importante destacar que a DSN introduzia também o conceito de fronteiras ideológicas em detrimento das fronteiras territoriais. Fernandes (2009) demonstra que o conceito de fronteiras ideológicas permitia à ditadura brasileira conspirar e planejar intervenções em outros países em razão da ameaça que esses países sofriam de uma vitória eleitoral de um grupo de esquerda, como é o caso da Operação Trinta Horas no Uruguai.

As fronteiras ideológicas nada mais eram do que a idealização de que para além dos limites territoriais existentes, os Estados Nacionais durante a Guerra Fria deveriam assumir um lado no confronto ideológico e, uma vez que isto fosse feito, deveriam contribuir para a caça aos elementos “subversivos” que se opunham ao regime vigente no país. Porém, a ação da ditadura brasileira não se restringiu ao seu limite territorial – e por isso a noção de fronteira ideológica suplanta a noção de fronteira territorial –, já que a ameaça de existência de inimigos internos em outros

Estados possibilitará a conexão repressiva que existiu no Cone Sul sob o nome de “Operação Condor”.

2 METODOLOGIA (MATERIAIS E MÉTODOS)

O tipo de pesquisa utilizado foi a pesquisa exploratória por tratar-se de um tema não muito abordado. Segundo Gil:

Pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato. Este tipo de pesquisa é realizado especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis (GIL, 2008, p. 27).

Para o desenvolvimento desta pesquisa, a técnica utilizada foi a pesquisa bibliográfica, ou seja, a pesquisa “a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (GIL, 2008, p. 50). Este tipo de pesquisa é “indispensável nos estudos históricos” (GIL, 2008, p. 50).

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Uruguai viveu durante o período imediatamente anterior à década de 1960 uma fase que Padrós (2005) classifica como o modelo “Suíça da América”. Isto se deve ao fato de o Uruguai, nessa época, manter um forte Estado social, que dava garantia e proporcionava direitos básicos aos seus cidadãos. Era o modelo classificado como Estado de Bem-Estar Social.

No entanto, o cenário de estabilidade social se desfaz na década de 1960. Wegner (2009) destaca que o Uruguai passa a enfrentar uma grave crise econômica, gerando fortes manifestações de trabalhadores e estudantes. O governo uruguaio, especialmente na gestão de Jorge Pacheco Areco (1967 – 1972), fez forte contraposição às manifestações dos trabalhadores, utilizando-se de congelamento salarial e enfrentamento direto com sindicatos (Wegner, 2009). Essa situação rapidamente evolui para um governo centralizador que passa a utilizar-se das chamadas *Medidas Prontas de Seguridad*, as quais Padrós (2005) classifica como semelhantes a um regime jurídico de exceção.

A polarização apresentada fez surgir resistências mais contundentes ao regime de Pacheco Areco como, por exemplo, o Movimento de Libertação Nacional – Tupamaro, que utilizavam-se da resistência armada, e também fez surgir a Frente Ampla, coalizão de esquerda organizada para disputar o pleito eleitoral de 1971 e apoiada pelos tupamaros (Padrós, 2005).

A disputa das eleições pela Frente Ampla e a possibilidade de um grupamento de esquerda causou apreensão nos generais brasileiros – cabe lembrar que em 1971 o Brasil estava sob o governo de Médici, classificado como o auge da repressão. Tal temor era potencializado pois, como bem lembra Padrós (2005), os governos da Bolívia, Peru e, principalmente, o Chile de Allende eram vistos como focos comunistas. Portanto, a situação menos desejada para os militares brasileiros era ver mais um governo que ameaçasse a segurança nacional, sendo dessa vez um vizinho próximo.

Conforme Padrós (2005, p. 229), o Brasil havia planejado “[...] uma intervenção no Uruguai caso a Frente Ampla fosse a vencedora nas eleições de 1971 ou os tupamaros resistissem a repressão militar”. A possibilidade de intervenção brasileira em território uruguaio demonstra a importância da noção de fronteira ideológica no contexto da DSN.

Para corroborar este fato, Padrós (2005) afirma que existiram movimentações de tropas brasileiras na fronteira Brasil-Uruguai nos dias anteriores à eleição que elegeu Bordaberry – com suspeitas de fraude. Além disso, o embaixador argentino no Brasil, general Osiris Villegas, afirmou, em um documento, que o Brasil estava preparando uma invasão ao Uruguai e que o Estado brasileiro havia informado os meios diplomáticos dos países vizinhos dessa decisão (Padrós, 2005).

O autor destaca que o Brasil permanecia com tropas na região fronteira para conhecer a região e qual seria a melhor estratégia a ser adotada em caso de invasão. É dessa observação que surge o nome da operação. As trinta horas que dão título à conspiração é o tempo que os oficiais brasileiros calcularam que seria suficiente para invadir o Uruguai e acabar com qualquer foco de resistência minimamente organizado e também possíveis reações diplomáticas de organismos internacionais (Schilling, 1978 *apud* Padrós, 2005).

Parte dessa mobilização brasileira em direção ao Uruguai se traduziu na construção de estradas. Padrós afirma que “[...] um documento do Departamento Nacional de Estradas e Rodagem do Brasil em que se informava [...] a construção de mais de 27 mil quilômetros de novas estradas, sendo que, seis delas [...] confluíam sobre a fronteira brasileiro-uruguaia” (PADRÓS, 2005, p. 235). Entre essas estradas encontra-se a estrada que liga Bagé a Aceguá.

É importante citar um outro aspecto da preocupação do governo brasileiro. Padrós (2005) indica que, pelo depoimento do coronel Dickson Grael, além da preocupação oriunda das fronteiras ideológicas, o Brasil também temia que uma vitória da Frente Ampla poderia mobilizar e facilitar a atuação dos exilados brasileiros no Uruguai – que eram muitos, como Brizola e João Goulart –, correndo o risco de que os exilados pudessem tentar voltar ao Brasil através das fronteiras ou até mesmo utilizarem-se de um governo mais simpático aos seus ideais para fazerem denúncias a organismos internacionais.

4 CONCLUSÃO

Através do exposto, conclui-se que o Brasil esteve na iminência de interferir diretamente no processo democrático de um país vizinho. Este fato foi evitado pela eleição de Bordaberry, eleição esta que contou, ironicamente, com indícios de fraude.

A Operação Trinta Horas demonstra a importância que as ditaduras de segurança nacional que se instalaram no Cone Sul da América do Sul conferiam à Doutrina de Segurança Nacional e seus conceitos como inimigo interno e fronteiras ideológicas.

Além disso, é possível notar a importância da região de fronteira – notadamente a região de Aceguá – para a concretização da invasão que era planejada. A possibilidade de permanecer no limite entre Brasil e Uruguai para fazer o

reconhecimento do terreno e possíveis condições de batalha foi, sem dúvida, fator decisivo para dar segurança aos militares que planejaram a intervenção brasileira.

5 REFERÊNCIAS

Arns, P. E. (Org.) (1985). *Brasil: Nunca Mais – Um relato para a história*. Editora Vozes, Petrópolis, RJ, Brasil.

Fernandes, A. S. (2009). *Quando o inimigo ultrapassa a fronteira: as conexões repressivas entre a ditadura civil-militar brasileira e o Uruguai (1964-1973)*. <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/17527/000716736.pdf?sequence=1>, Setembro.

GIL, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. Editora Atlas, Brasil.

Padrós, E. S. (2005). A ditadura brasileira de Segurança Nacional e a Operação 30 horas: intervencionismo ou *neocisplatinação* do Uruguai? In: *Revista Ciências&Letras*, páginas 227-249. Faculdade Porto-Alegrense de Educação Ciências e Letras. <http://www4.fapa.com.br/cienciaseletras/pdf/revista37/cap11.pdf>, Setembro.

Padrós, E. S. (2005). *Como el Uruguay no hay... Terror de Estado e Segurança Nacional Uruguai (1968-1985): do Pachecato à Ditadura Civil-Militar*. <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/6149/000525881.pdf?sequence=1>, Setembro.

Schilling, P. (1978) *El Expansionismo Brasileño*. El Cid Editor, México. *apud* Padrós, E. S. (2005). A ditadura brasileira de Segurança Nacional e a Operação 30 horas: intervencionismo ou *neocisplatinação* do Uruguai? In: *Revista Ciências&Letras*, páginas 227-249. Faculdade Porto-Alegrense de Educação Ciências e Letras. <http://www4.fapa.com.br/cienciaseletras/pdf/revista37/cap11.pdf>, Setembro.

Wegner, F. H. (2009). *Os mistérios da Operação 30 Horas: fantasia ou intervencionismo brasileiro no Uruguai?* IV Congresso Internacional de História, Maringá, Paraná, Brasil. <http://www.pph.uem.br/cih/anais/trabalhos/294.pdf>, Setembro.